



CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL (CNR)
Ata da 3ª reunião, realizada em 04 de outubro de 2021

1 Em 04 de outubro de 2021, reuniu-se ordinariamente a Câmara Normativa e
2 Recursal (CNR) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), por meio
3 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
5 seguintes membros titulares e suplentes: o presidente suplente Thiago
6 Figueiredo Santana, representante da SEMAD. Representantes do poder
7 público estadual: Bruno Ferreira Costa, da Secretaria de Estado de Governo
8 (Segov); Lucas Marques Trindade, do Ministério Público do Estado de Minas
9 Gerais (MPMG); Pedro D'Angelo Ribeiro, da Secretaria de Estado de
10 Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Marcelo Ladeira Moreira da
11 Costa, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Lidiane
12 Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade
13 (Seinfra). Representantes do poder público municipal: Anderson Aprígio Cunha
14 Souza, da Prefeitura Municipal de Patrocínio; Meirelene Arantes dos Reis, da
15 Prefeitura Municipal de São João do Manteninha; Francianny Maria de Paula
16 Souza, da Prefeitura Municipal de Viçosa; Felipe Fernandes Guerra, da
17 Prefeitura Municipal de Santa Bárbara. Representantes dos usuários de
18 recursos hídricos: Denise Bernardes Couto, da Federação das Indústrias do
19 Estado de Minas Gerais (Fiemg); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação
20 da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); João Carlos de
21 Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Nelson Cunha Guimarães, da
22 Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Jadir Silva de Oliveira,
23 da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig).
24 Representantes da sociedade civil: Helena Lúcia Menezes Ferreira, do
25 Conselho Regional de Biologia (CRBio-04); Maria Teresa Viana de Freitas
26 Corujo, do Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas; Armando Gallo Yahn Filho,
27 da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Rayssa Cordeiro Figueiredo, do
28 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea/MG);
29 **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** O presidente suplente Thiago Figueiredo
30 Santana declarou aberta a 3ª reunião da Câmara Normativa e Recursal. **2)**
31 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Não houve manifestações. **3) EXAME**
32 **DA ATA DA 2ª REUNIÃO DA CNR.** Aprovada por unanimidade a ata da 2ª
33 reunião da Câmara Normativa e Recursal, realizada em 13 de setembro de
34 2021, com a seguinte alteração: linha 161, onde consta "momento", leia-se
35 "naquele momento". Votos favoráveis: Seapa, MPMG, Sede, Seinfra, Prefeitura
36 de São João do Manteninha, Prefeitura de Viçosa, Fiemg, Faemg, Ibram,

37 Copasa, Siamig, Instituto Guaicuy, UFU e Crea. Abstenções: Segov e CRBio.
 38 Ausências: Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Santa
 39 Bárbara e UFMG. Os conselheiros que se abstiveram de votar justificaram a
 40 abstenção pelo motivo de não terem participado da 2ª reunião da CNR. 4)
 41 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO CONTRA**
 42 **APLICAÇÃO DE PENALIDADES REFERENTE A INFRAÇÃO A NORMAS DE**
 43 **UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS. 4.1) JMG Participações,**
 44 **Empreendimentos e Agropecuária Ltda. Divinópolis/MG. Infração:**
 45 **descumprir as orientações técnicas dos órgãos ambientais, nos casos de**
 46 **dano ou ameaça de dano à população e/ou recursos hídricos. PA**
 47 **708732/2021, AI 233309/2020. Apresentação: Núcleo de Auto de Infração**
 48 **(NAI/IGAM).** Processo retirado de pauta com pedido de vista da Faemg.
 49 Justificativa. Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Na realidade, em
 50 razão dos diversos compromissos da nossa Gerência de Meio Ambiente da
 51 Faemg, eu não pude, antes da reunião, me inteirar totalmente dos
 52 detalhamentos do processo, da formação processual e, principalmente, da
 53 manifestação do órgão ambiental. E eu acho que é adequado o pedido de vista
 54 para tomar esse conhecimento mais aprofundado do processo.” 5) **PROCESSO**
 55 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO DE OUTORGA DE DIREITO**
 56 **DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS. 5.1) Bioenergética Vale do Paracatu**
 57 **S/A. João Pinheiro/MG. Processo de Outorga 26250/2014. Captação em**
 58 **corpo d’água para Irrigação. SEI 2240.01.0005486/2021-14. Apresentação:**
 59 **Urga Noroeste de Minas/IGAM.** Processo retirado de pauta com pedido de
 60 vista da Faemg e vista conjunta de Siamig, Fiemg e Ibram. Justificativas.
 61 Conselheira Denise Bernardes Couto: “Eu também gostaria de pedir vista do
 62 processo 5.1 para fazer uma análise melhor, tentar fazer uma análise mais
 63 completa do mesmo.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Eu gostaria de pedir
 64 vista deste processo também pelos mesmos argumentos levantados pela
 65 conselheira Denise.” Conselheiro Jadir Silva de Oliveira: “Eu vou acompanhar
 66 para fazer uma análise também, porque se trata de um processo do setor em
 67 que eu trabalho, e vou acompanhar a análise que o Carlos Alberto e a Denise
 68 irão fazer do processo.” A justificativa da Faemg é a mesma registrada no item
 69 4.1, no pedido de vista em bloco dos itens 4.1 e 5.1. 6) **DIAGNÓSTICO DE**
 70 **REGULARIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA**
 71 **DO RIO PARACATU. Apresentação: Gerência de Regulação de Usos de**
 72 **Recursos Hídricos/IGAM.** Lucas Martins Sathler Berbet, da Gerência de
 73 Regulação de Usos de Recursos Hídricos/IGAM, fez apresentação do
 74 diagnóstico de regularização na bacia hidrográfica do rio Paracatu. Debates.
 75 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu quero então dizer que foi
 76 muito importante, a meu ver, ter havido essa apresentação. Se percebe
 77 claramente na apresentação feita pelo Lucas que é aquilo que nós como
 78 sociedade civil observamos, percebemos, através das pessoas do território, das

79 lideranças, de quando acessamos informações na mídia. Porque quando
80 olhamos esse balanço hídrico superficial, deixando de lado a questão do rio
81 Preto, que, como foi dito pelo Lucas, não é ainda uma análise completa, porque
82 faltou inserir os dados da ANA, eu quero sugerir que então o IGAM requeira à
83 ANA os dados de outorgas e usos nesse território do rio Preto, para então poder
84 ser atualizado esse balanço hídrico. Quando olhamos esse mapa então fica
85 muito claro que estamos diante de duas áreas acima de 100% do que seria a
86 permissão outorgável, mais as áreas laranja, que já estão chegando entre 50%
87 e 100%. Então é aquilo que eu manifestei naquela reunião, que a questão da
88 bacia do rio Paracatu é extremamente delicada, a questão de acesso à água.
89 Eu anotei aqui alguns comentários. Por exemplo, se percebeu que os dois
90 estudos que são a base para se tratar da disponibilidade hídrica, o da Copasa
91 junto com o de uma consultoria de 98. Entre 1998 e hoje houve realmente
92 grandes alterações, inclusive climáticas, com a quantidade, inclusive, de
93 captações, sejam superficiais ou subterrâneas. E um estudo de 2012. E quando
94 olhamos aquela tabela apresentada pelo Lucas se observaram grandes
95 alterações. Eu não fiz 'copia e cola', mas percebi que a maioria entre o estudo
96 de 98 e o de 2012 era de redução da disponibilidade, mas que, se não me
97 engano, um ou dois em que aumentou muito. Então era interessante avaliar o
98 que levou ao aumento de uma disponibilidade hídrica na contramão da
99 quantidade de usuários e de maior demanda, até para se entender se foi
100 alguma questão da metodologia, diferenças entre ambos os estudos ou se
101 realmente houve ali alguma situação que pode ser um sinal do que aconteceu
102 naquele território. O estudo da Copasa é de 98, e o estudo da UFV foi de 2012,
103 ou seja, mais atual. Quando olhamos a coluna do de 98 e comparamos com o
104 da UFV, percebemos a maioria reduzindo. No caso, esse do Alto Paracatu nos
105 chamou muita atenção, porque quando falamos alto de uma bacia hidrográfica é
106 onde estão as cabeceiras de nascentes. Então a Copasa, em 98, observou no
107 seu relatório que a disponibilidade era esse valor, 0,82, enquanto que no da
108 UFV, de 2012, muitos anos depois, aumentou bastante a água nas cabeceiras
109 do Alto Paracatu. Então eu considero que vale a pena depois – eu mesmo vou
110 ter curiosidade – entender quais foram as razões até para perceber se teria uma
111 sinalização do que fez uma melhoria tão grande na disponibilidade,
112 precisamente no alto, nas cabeceiras. Tem outra também que foi do rio Preto,
113 que também houve uma grande melhoria na disponibilidade hídrica. Uma outra
114 anotação que eu quero comentar é saber se nas portarias coletivas, naquelas
115 áreas que já tiveram várias portarias coletivas, que por si só sinalizam a
116 dificuldade cada vez, a questão delicada de disponibilidade de atender todos os
117 interessados, quais os usuários que estão envolvidos nas portarias coletivas. Se
118 são usuários pessoas físicas ou jurídicas. É importante conhecermos melhor as
119 portarias coletivas e se essas portarias coletivas, associadas às outras
120 portarias, de água subterrânea e superficial, como é que ficou a relação das
121 outras portarias de água superficial e subterrânea, já que nessas microbacias se

122 chegou a um ponto de serem necessárias portarias coletivas. Essa é uma
123 dúvida que eu gostaria de entender melhor. E por último, no slide sobre
124 outorgas indeferidas, eu sugiro ao Lucas que coloque o período, porque lá não
125 está colocado – eu anotei aqui. E então peço que depois essa apresentação
126 seja disponibilizada junto com a pauta de hoje, como um documento, porque aí
127 podemos baixar e, inclusive, compartilhar com as pessoas, as organizações da
128 sociedade civil que estão no território para terem esses elementos quando se
129 trata, por exemplo, de novos processos de licenciamento precisamente
130 impactando áreas de recarga ou de descarga, os aquíferos. E conhecer essa
131 realidade apresentada aqui hoje será uma ferramenta muito importante nos
132 nossos questionamentos a esses impactos que continuam sendo licenciados na
133 bacia do rio Paracatu. Por último, não foi muito claro assim em relação ao total
134 de outorgas, quer dizer, não tem esse dado. Tipo: qual o total de outorgas de
135 água subterrânea válidas hoje nessas áreas, por exemplo, em vermelho e em
136 laranja? Qual o total que continua sendo utilizado de água subterrânea e
137 também água superficial nessas sub-bacias? Já sabemos, nos dois últimos
138 anos, o número das que foram indeferidas. Não sabemos, nesse universo das
139 indeferidas, que tipo de usuários tiveram as suas outorgas indeferidas e quais
140 os usuários que não tiveram as suas outorgas indeferidas. Isso seria também
141 muito importante. São essas as minhas considerações nessa apresentação,
142 que, para mim – e acredito que para as pessoas ligadas a essas questões de
143 água na bacia do Paracatu –, vai ser um material muito importante para nos
144 ajudar a esclarecer até as razões por que nos manifestamos tão preocupados e
145 tão questionadores da quantidade de outorgas e empreendimentos nesse
146 território, que, além de consumir muita água, vem ampliando impactos que
147 ampliam cada vez ter menos água nessa bacia do Paracatu. E esse olhar é
148 fundamental, e essa apresentação vai nos ajudar bastante.” Lucas Martins
149 Sathler Berbet/IGAM: “Em relação aos dois estudos, eu não conheço os
150 estudos, as metodologias, mas sei informar que são metodologias diferente,
151 também com dados de épocas diferentes. Em relação aos usuários das
152 outorgas coletivas, pelo meu conhecimento, são usuários bem variados, tem
153 empresas de mineração grandes dentro da bacia, tem associações, pessoas
154 jurídicas com grandes captações. A maior quantidade de usuários é de pessoas
155 físicas, mas tem muitas pessoas jurídicas também dentro da área do Entre
156 Rios, é são diversificados mesmo os usuários na bacia, entre pessoas
157 físicas e jurídicas. Em relação às outorgas, o estudo é só em relação a outorga
158 superficial, a captações superficiais. Esses pontos em azul e as outorgas
159 coletivas são todos de captações superficiais, e os usos insignificantes são a
160 mesma coisa, usos insignificantes superficiais. E deu o resultado aqui só de
161 demanda superficial, a demanda final. Quando é barramento, há uma diferença
162 da disponibilidade hídrica do que é captado do que realmente consideramos no
163 balanço hídrico. Mas no estudo, como a bacia é muito grande, não daria tempo,
164 então foi feito só dessa forma mesmo, computando a demanda total, sem

165 considerar as regularizações de vazões nem as alocações. E também uma
166 questão importante de se colocar é que o estudo feito foi considerando os
167 dados que constam no Siam, no sistema integrado de informação ambiental. E
168 lá eu identifiquei 127 outorgas que foram indeferidas em 2020 e 2021, mas as
169 outorgas identificadas foram as que eu identifiquei no Siam. Todas as
170 informações que eu consegui pegar são georreferenciadas, todos os 127 pontos
171 de indeferimento são georreferenciados, eu peguei pelo sistema
172 georreferenciado do Siam. Só a informação, porque às vezes pode ter dados
173 que não foram utilizados porque não foram colocados georreferenciados, e pelo
174 Siam eu não conseguiria saber a localização deles. Em relação às outorgas
175 subterrâneas é o que eu falei, o estudo só fez avaliação da questão superficial
176 mesmo. Era isso que eu queria esclarecer dos apontamentos. As DACs, ou por
177 uma solicitação de uma pessoa que teve indeferimento ou que está pedindo que
178 abasteça em um certo conflito, com muita demanda, são solicitadas ao IGAM ou
179 então até, por autotutela também, o IGAM pode verificar que uma bacia está
180 com demanda acima e iniciar o estudo. E o estudo vai avaliar se a demanda
181 hídrica, fazendo um balanço, está acima da disponibilidade. E nisso serão
182 avaliados e contabilizados o número de outorgados e os usos insignificantes. Eu
183 falo 'regularizado', mas no estudo não avaliamos pessoas irregulares ou
184 pessoas com processo solicitado para a questão da outorga, para a área de
185 conflito. Decretada a área de conflito, verificado isso, nós emitimos a DAC e
186 criamos as portarias coletivas provisórias. E nas provisórias inserimos todos os
187 usuários que estão já outorgados dentro dessa coletiva e damos o prazo de um
188 ano para fazerem a alocação e entrarem com a renovação e retificação daquela
189 portaria provisória. Nesse processo tem a participação do Comitê de Bacia
190 também, com a convocação da bacia. Porque além dos usuários que
191 identificamos também podem buscar essa regularização os usuários que
192 também têm interesse ou estão irregulares, para se regularizarem na área de
193 conflito, na área que for declarada. E depois de os usuários apresentarem essa
194 alocação no final, dentro do prazo, avaliamos. Se aquela alocação tiver
195 dissenso entre os usuários, encaminhamos para o Comitê de Bacia ser a
196 palavra final, a decisão de qual alocação que vai ser feita para aquela bacia. Se
197 os usuários apresentarem uma alocação de consenso de todos os usuários,
198 apenas vamos avaliar as questões mesmo da legislação para ser publicada
199 aquela alocação. É mais ou menos um resumo da área de conflito atualmente.”
200 Albert Antônio Andrade de Oliveira/IGAM: “Só para completar, na hora que
201 fazemos o levantamento dos usuários, na hora que existe a alocação
202 negociada, lógico que verificamos a questão da garantia dos usos múltiplos.
203 Então todos os usuários, as diferentes finalidades têm que estar abarcadas,
204 abastecimento público, irrigação, mineração. Então é observada a garantia dos
205 usos múltiplos em todo esse processo. Eu só queria complementar também
206 que, quando do indeferimento por indisponibilidade hídrica, quando ele se dá
207 dentro de uma área de conflito, que já existe uma DAC, já existe uma portaria

coletiva, esse processo individual que é indeferido é encaminhado para o processo coletivo, é remetido para esse processo coletivo. Outra coisa que eu queria observar também é sobre o estudo de regionalização, porque cada estudo de regionalização – o da Copasa de 93, o da UFV de 2012 – leva em consideração metodologias diferentes, são processos estatísticos, metodologias estatísticas utilizadas nos diferentes estudos de regionalização. Por isso pode ter dado essas diferenças. É lógico que eles consideram as vazões das estações de monitoramento que existem na bacia, e sabemos que com o passar do tempo, ainda mais agora, há uma diminuição das vazões dos rios, e isso é identificado nas estações que fazem esse monitoramento. Então nessas metodologias estatísticas são utilizados esses dados de monitoramento hidrológico, principalmente os mais recentes. Então por isso que a tendência é realmente diminuir. Mas, como são dados estatísticos, metodologias estatísticas, pode acontecer de dar essa variação para mais de uma bacia, de uma sub-bacia para outra. Complementando também, nós estamos atualizando agora o estudo de regionalização para as vazões sazonais, ou seja, termos uma vazão Q7,10 mensal, outorga mensal, outorga sazonal. E estamos com um trabalho com a ANA, que está desenvolvendo uma outra metodologia a ser aplicada no estudo de regionalização. Por enquanto não é para o Estado inteiro. Nós vamos começar a finalizar a bacia do rio Doce primeiro, que é um acordo do IGAM com a ANA, e depois da bacia do rio Doce vamos pegar a bacia do São Francisco, aonde a ANA, em parceria, vai estar fazendo esse estudo de regionalização para termos um estudo mais atualizado, com a base mensal também, com a Q7,10 mensal.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu sugiro que antes de disponibilizar no site, se o estudo da Copasa é de 93, então que se coloque a data correta, para termos a data certa de quando houve esse estudo de disponibilidade hídrica. Eu me preocupei de saber que então esse mapeamento da situação da bacia do Paracatu não considerou, em nenhum momento, a questão das águas subterrâneas; e não há águas superficiais que não dependam da questão das águas subterrâneas, porque se não seria como o Polignano fala: tem rio quando chove, não tem rio quando não chove. Então, como a questão das águas subterrâneas, que são as águas que fornecem água mesmo nos períodos de estiagem, quando não tem chuva – e por isso as águas superficiais podem continuar sendo captadas –, não tem como se ter um panorama real de uma bacia hidrográfica, se não se trazer também como está a situação, por exemplo, da quantidade de outorgas de águas subterrâneas, aonde, qual a vazão, há quanto tempo. Porque isso até nos ajuda, por exemplo, a tentar identificar naquelas áreas que já estão com conflito e com várias outorgas coletivas assinaladas em vermelho e laranja, fazer até um comparativo em relação às captações subterrâneas. Eu estou falando isso porque uma das coisas que me chamaram atenção na Câmara de Atividades Minerárias, onde eu atuei por mais de dois anos, quando eu analisava processos de licenciamento na bacia do Paracatu e ia tentar acessar

251 essa avaliação sistêmica sobre a questão das águas, a quantidade de outorgas
 252 de água subterrânea para poços profundos é muito grande nesse município. Eu
 253 acho que deve ser complementado. Eu penso que isso foi um esforço, imagino
 254 que foi para sistematizar essas informações. Porque na realidade, a meu ver, a
 255 questão das águas tinha que estar em tempo real, igual quando vemos o
 256 sistema nacional de energia e conseguimos ter acesso às informações em
 257 tempo real, como estão os reservatórios. Porque aí pode colocar em risco o
 258 sistema nacional de abastecimento elétrico. E nós numa coisa tão chave que é
 259 a água, no sentido de sobrevivência, seja das pessoas, dos animais, da
 260 natureza e até das atividades econômicas, não conseguimos fácil informações
 261 reais. Então eu acho fundamental que se complemente o mais rápido possível.
 262 Quando o Lucas falou da questão de que usou dados do Siam eu quero
 263 entender se quando ele falou ‘Siam’ significa o sistema que tem dados do
 264 Estado ou se significa o Siam mesmo. Porque tem muitas outorgas que estão
 265 sendo dadas pelas próprias Suprams, que não passam pelo IGAM, e elas não
 266 estão mais sendo inseridas. Pelo que eu saiba, estão sendo inseridas em outro
 267 espaço, que é o SLA. Então só para fechar eu só quero saber se essa base de
 268 dados, que foi preparada essa apresentação para hoje, considerou todos os
 269 dados que existem no Sistema Estadual de Meio Ambiente sobre outorgas ou
 270 se somente os que estão no Siam. Porque no Siam eu sei, inclusive, que está lá
 271 a coordenada geográfica. E no SLA, quando acessamos, só sabemos que ali
 272 tem uma outorga, e não se tem acesso a mais detalhes daquela outorga. Só
 273 para eu poder ter mais esse dado comigo. Seria só isso que eu queria comentar
 274 hoje. E é gravíssima a situação da bacia do rio Paracatu, como nós já
 275 sabíamos, sentíamos, e agora que começam a ter realmente esses diagnósticos
 276 até de uma forma visual muito clara.” Presidente Thiago Figueiredo Santana:
 277 “Albert e Lucas, por favor, fazerem esse esclarecimento, até em nível amplo,
 278 sobre a questão do sistema, a individualidade dos sistemas, mas a integração
 279 das informações. Por gentileza.” Albert Antônio Andrade de Oliveira/IGAM: “Os
 280 dados são, sim, do Siam; o Siam ainda é a nossa base de dados. As Urgas, as
 281 Suprams utilizam o Siam, colocam os dados de outorga no Siam. O Siam tem
 282 alguns problemas no banco de dados, mas é o que estamos utilizando. O
 283 sistema que você mencionou é o nosso sistema de publicação das outorgas. A
 284 partir de 2018, criamos um sistema onde os técnicos inserem as informações
 285 dos usos outorgados justamente para publicação no IOF. Então esses dados
 286 são colocados lá, mas é gerada também uma outra base de dados, e elas são
 287 integradas. Então o técnico que está analisando a outorga, que vai deferir a
 288 outorga, indeferir ou arquivar tem que alimentar o sistema Siam também, tem
 289 que colocar os dados lá. Os dados utilizados pelo Lucas foram os dados
 290 extraídos do Siam, então são dados que tem lá. Sobre as outorgas
 291 subterrâneas, realmente, nós vamos inserir os dados nessa apresentação, o
 292 quantitativo de outorgas subterrâneas que tem dentro da bacia do Paracatu.
 293 Realmente, você tem razão, não existe água superficial sem água subterrânea.

294 Só que é uma questão muito complexa, existem estudos complexos para ver
 295 quanto que a água subterrânea atende a água superficial e também que a água
 296 superficial atende a água subterrânea também. São estudos complexos, que
 297 por enquanto estamos avaliando separadamente. Mas sabemos que um
 298 interfere no outro, sim, para ir caminhando no sentido de ter a conjunção dos
 299 dois. Mas em relação ao quantitativo de outorgas subterrâneas, para ter essa
 300 informação nessa apresentação, nós vamos inserir os dados.” **7) ASSUNTOS**
 301 **GERAIS.** Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Eu gostaria de registrar que
 302 tivemos uma inscrição da Sra. Vanessa Sérgio Monteiro, que deixou o e-mail de
 303 contato, no qual os dados de acesso foram enviados para o item 7, e ela não
 304 adentrou à sala até o presente momento. Então eu gostaria de fazer esse
 305 registro.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu queria então
 306 nos assuntos gerais saber como se consegue acesso a uma lista de outorgas
 307 de água superficial de todos os tipos e subterrânea numa determinada porção
 308 do território de Minas Gerais, qual é o caminho para que a sociedade possa
 309 requerer quais as outorgas válidas num determinado período ou na data
 310 recente, numa determinada porção do território. Quais as orientações para
 311 podermos ter acesso e nessa lista então ter a localização, qual é a vazão, qual
 312 é o usuário que tem essa outorga. Porque é uma demanda que reiteradamente
 313 recebemos.” Albert Antônio Andrade de Oliveira/IGAM: “Nós temos a IDE
 314 Sisema. A IDE Sisema tem um shape, uma camada de outorgas, que está
 315 dentro da pasta, se eu não me engano, que chama ‘regularização ambiental’, e
 316 lá tem os cadastros e as outorgas disponibilizadas. Então está disponível na
 317 IDE Sisema. Também, se for de interesse, podem solicitar. Nós recebemos
 318 algumas solicitações por e-mail de levantamento desse de usuários. Às vezes
 319 não conseguimos atender no tempo que a pessoa pede, mas podemos também
 320 disponibilizar por e-mail. Podem encaminhar um e-mail que disponibilizamos
 321 também essa base, o período, a bacia. Só que aí temos um problema que às
 322 vezes não podemos disponibilizar com o nome e o CPF, com dados pessoais
 323 dos usuários, por causa da lei. Então geralmente estamos retirando esses
 324 dados, mas tem as coordenadas geográficas, as informações de vazão, que
 325 podemos disponibilizar.” Presidente Thiago Figueiredo Santana: “É muito
 326 importante, Sra. Maria Teresa, só reforçar essa situação que o Albert coloca da
 327 questão da LGPD, a Lei Geral de Proteção de Dados, e que por muitas vezes
 328 ela gera o entendimento quando comparada à Lei de Acesso à Informação, que
 329 é o que a sociedade, que o controle social demanda essas informações, quando
 330 comparada, tem um entendimento dubio. É bom reforçar que hoje dentro do
 331 Sisema há uma comissão já trabalhando para como tratar os dados para
 332 disponibilização de forma que não afete essa percepção do controle social,
 333 desde as licenças ambientais aos usos de recursos hídricos. Só reforçar esse
 334 aspecto, que não é uma atuação nossa de querer omitir informações, mas é
 335 pela segurança e respeito à legislação. E também é muito importante informar
 336 que nesses dados que são disponibilizados as finalidades estão claramente

337 dispostas para poder comparar os fins que estão conflitando naqueles
338 territórios.” Vânia Mara de Souza Sarmento/SEMAD: “Só para informar aos
339 conselheiros e a quem assiste pelo YouTube que hoje na reunião da Unidade
340 Regional Colegiada da Supram Sul de Minas nós teremos o Diálogos com o
341 Sisema, com o tema ‘Panorama e diretrizes para a diversificação da matriz
342 energética em Minas Gerais’. Nós teremos representantes da FEAM e da
343 SEMAD que vão estar trazendo esse tema para nós. As pessoas irão participar
344 pelo YouTube, tem a lista de presença, recebem certificação de participação no
345 final da apresentação. O chat interativo fica aberto para perguntas, para que os
346 responsáveis pelas apresentações possam estar respondendo em tempo real
347 aos interessados. Então é para fazer esse convite. A reunião é hoje, dia 4 de
348 outubro a partir das 13h30, pelo YouTube; em ‘reuniões COPAM’, todos terão
349 os dados de acesso.” Presidente Thiago Figueiredo Santana: “É muito
350 importante, conselheiros, reforçar essa discussão, porque um país onde a maior
351 matriz é hidrelétrica e hoje vivendo uma crise hídrica já notória esse discurso e
352 essas informações são muito importantes.” **8) ENCERRAMENTO**. Não havendo
353 outros assuntos a serem tratados, o presidente Thiago Figueiredo Santana
354 declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

355
356
357
358
359 **Thiago Figueiredo Santana**
360 **Presidente da Câmara Normativa e Recursal**